

CRÓNICAS
DOS DIAS
DO LIXO

José Pacheco Pereira

CRÓNICAS DOS DIAS DO LIXO

Da queda de Sócrates
à «refundação do Estado»
(2010-2013)

TEMAS E DEBATES

Círculo de Leitores

PREFÁCIO

Neste livro estão recolhidos os textos dos «dias do lixo», entre 2010 e meados de 2013. Foram publicados no *Público*, na *Sábado*, no blogue *Abrupto*, e alguns são versões integrais pela primeira vez divulgadas e inéditos.

Acabei de os reler e, se se tratasse apenas de ter uma satisfação intelectual, estaria satisfeito. Disse o que queria dizer, em tempo e com as palavras escolhidas. Quase todos estes textos fizeram o seu caminho de forma mais eficaz do que é habitual em escritos desta natureza. O autor tem consciência de como introduziram temas diferentes, que entretanto se tornaram vulgares, novos termos e designações que se tornaram correntes, análises que se tornaram habituais. Poderia aqui dar exemplos, mas não vale a pena.

Tudo isto, como é normal neste tipo de influência viral, de forma mais anónima do que citada, mais involuntária do que desejada. Basta verificar a data – e estes textos estão datados com precisão – em que se suscitaram algumas questões, se usaram certos termos, se caracterizaram pessoas e eventos, para perceber que são os primeiros antepassados de uma genealogia que apagou as marcas de origem. Ainda bem, se há influência eficaz neste mundo da palavra, esta é a mais poderosa. Por isso, falei em satisfação intelectual, que as vistas curtas podem considerar vaidade.

Mas, se se tratasse apenas de um efeito intelectual, de pouco valiam. Penso que os efeitos que tiveram se deveram a outra coisa mais poderosa e menos de autor: ao servirem como textos de «empatia», de compromisso, de «estar com», tocaram não só a razão, mas também a emoção. Não só a razão e a emoção, mas a vontade de virtude, que é o melhor sentimento nestes dias do lixo. Se não tivessem também feito parte desse movimento coletivo de autognose, feito na perda que é o empobrecimento e a dor de muitos, a diminuição da liberdade, o fim do futuro, a «crise» das pessoas comuns sem defesa e sem voz, não teriam valido nada.

Abril de 2013

JOSÉ PACHECO PEREIRA

NOTA:

A norma usada pela minha editora é a do Acordo Ortográfico, com que discorrido. Peço desculpa aos meus leitores pela bizarra ortografia em que vão ler estas palavras, mas faço essa concessão ao mérito da editora em ter aceitado publicar este livro no árido deserto editorial destes dias.

2010



*«Nations grown corrupt
Love bondage more than liberty;
Bondage with ease than strenuous liberty.»*

JOHN MILTON

SETEMBRO

Dias do lixo

DIAS DO LIXO, PARA NÃO USAR UMA EXPRESSÃO MAIS FORTE, porque é o que eles são. Dias em que todos sabemos o que é preciso fazer, dias em que o que é preciso fazer ganha uma urgência enorme, dias em que todos os que podiam fazer alguma coisa se obstinam em fazer exatamente o contrário do que deviam, perante a indignação, a impotência, o desespero dos cidadãos. Dias em que já nem sequer se pode falar de irresponsabilidade, mas de perversidade, de perversidade de meia dúzia de pessoas que obedece aos piores instintos da sua vaidade, aos piores interesses do seu grupo. A estratégia de Passos Coelho é-me pouco compreensível, para usar um eufemismo. Devo ser eu que não entendo, mas ainda estou para perceber em que é que aproveita uma crise política em outubro de 2010, a oito meses da possibilidade de haver novas eleições e a, pelo menos, treze meses da possibilidade de haver um novo Orçamento, com os enormes fatores de usura política que esse período longo de impasse traria para a política portuguesa. Já não falo sequer dos argumentos patrióticos, porque imagino que, para muita gente à volta de Passos Coelho – e faço-lhe a justiça de

pensar que não para ele –, só contam os seus interesses e os da parte do aparelho do partido que representam. É por isso que querem colocar na agenda de um país em crise a regionalização, ou a pressa de poderem escolher uma nova leva de deputados «amigos», ir a secretários de Estado e nomear gente para os lugares que tradicionalmente pertencem aos partidos e o PS ocupa hoje.

O melhor de Passos Coelho é quando ele faz aquilo que criticou com dureza a Manuela Ferreira Leite. Há sempre uma enorme ironia inscrita na história.

Passos Coelho e as contínuas explicações – Um dos sinais de como a política da atual direção do PSD é muitas vezes pouco pensada, mal elaborada e errática, é a necessidade que Passos Coelho tem de estar permanentemente a explicá-la, quando não a corrigi-la. O excesso de exposição mediática e a sucessão de entrevistas e conferências de imprensa, várias por semana, desgastam a autoridade da palavra e criam desinteresse nos portugueses. É verdade que uma parte das sondagens e barómetros é mais «apareçómetros» do que outra coisa, e por isso a sobre-exposição dá resultados positivos numa fase inicial. Mas também isso se gasta.

Manuela Ferreira Leite – Até dói ver como tinha razão. Não antes do tempo, como se diz agora para justificar a cegueira dos que não a quiseram ouvir, mas no tempo certo. No tempo em que o que ela dizia podia ter poupado os portugueses não à crise, que já estava inscrita nas asneiras e no despesismo, mas ao agudizar da crise pelas sucessivas medidas erradas que o Governo Sócrates tomou e por aquelas que, ao adiar, se tornam cada vez mais gravosas.

José Sócrates e a fuga das responsabilidades – Eu não sei se Sócrates faz de conta que não conhece a crise em que o país está envolvido, ou acha que é bom *marketing* não falar dela, mas, seja por uma razão ou por outra, é absurdo que um primeiro-ministro permaneça esfíngico a fazer todos os dias uma campanha eleitoral feita de inaugurações cada vez mais pífias ou de coisas que outros fizeram e a que ele vai como o cuco ao ninho alheio. Mas, se lhe fizermos a agenda quotidiana, e este não é um problema de agora,

fica a pergunta: quando é que ele está a governar, quando é que ele tem tempo para ler documentos, para estudar matérias, para discutir a sério? Suspeito que a resposta seja «quase nunca». O que Sócrates faz é propaganda eleitoral, discutir o que vem nos jornais e na televisão e conduzir um gabinete de fiéis que controlam o Governo como uma estrutura paralela e que, entre outras coisas fazem operações de desinformação, no limite da legalidade, senão para lá da legalidade.

José Sócrates e o *bad english* – A mediocridade de Sócrates quando tem de defrontar o exterior sem guião é visível com todo o seu esplendor na conferência universitária em Columbia. É verdade que Mário Soares também falava com desenvoltura várias versões de espanhol e francês, sem ter qualquer vergonha da sua pronúncia e criatividade com as palavras. Mas era quem era, era senhor de um à-vontade que lhe vinha da autoridade da sua biografia (verdade seja que muitas vezes também de uma certa irresponsabilidade consentida), e a sua enorme capacidade de comunicação e empatia apagava o mau castelhano. Mas, nesses exercícios de comunicação, Soares nunca atuava por esperteza, por exibição, e tinha alguma coisa para dizer. Sócrates, com o seu *bad english*, prova material dos seus estudos de «inglês técnico», pouco mais tem que dizer do que algumas banalidades sobre as energias renováveis, que, para um público de jovens universitários americanos, não acrescentam nada. É pela vacuidade do exercício que o *bad english* depois brilha em toda a sua mediocridade. Teixeira dos Santos é o único governante português que parece ter consciência da situação em que o país está mergulhado, mas o excessivo compromisso com as promessas eleitorais do PS em 2009 minou-lhe a credibilidade e a capacidade. É a essas promessas, já apresentadas em plena crise mundial e nacional, a que devemos voltar sempre que queiramos perceber até que ponto José Sócrates e o PS são capazes de tudo. O ministro das Finanças coassinou todo o programa eleitoral de 2009, um retrato quase obsceno da irresponsabilidade e do dolo político, e por isso inquinou a sua credibilidade como profissional e como político, o que o leva hoje a exercícios de agressividade política que têm nele o pior dos executantes. Foi o que aconteceu na

sua intervenção na Assembleia da República, metade feita de raiva política, metade feita de desespero. Quer a raiva, quer o desespero são retratos de impotência. Teixeira dos Santos faz o papel de Sísifo: leva a pedra pela encosta e ela, antes de chegar ao cimo do monte, cai sempre. Todos os seus últimos documentos de carácter orçamental ficam aquém do que é preciso, ou são irrealistas, e, quando criticado de forma fundamentada por isso mesmo, nega e nega e nega. Também aqui há dolo, uma prática tão enraizada neste Governo, tão dependente da «cabeça», como no ditado «o peixe apodrece pela cabeça», que depois alastra como uma gangrena pelo corpo todo. Depois há a sistemática tentativa de iludir: é o «orçamento suplementar» em vez de «retificativo», um dos muitos exemplos da contínua manipulação das palavras para iludir os portugueses. Dias do lixo? Infelizmente, não. Anos do lixo, décadas do lixo, é o que está à nossa frente. Registem o ano, 2010. Na verdade, registem já vários anos, 2008, 2009, só para ficar pelo marco da crise. Daqui a uns anos, se o Destino for benévolo e as Parcas estiverem distraídas, falamos.

Mais notas sobre os dias do lixo

ESTA SEMANA FICÁMOS TODOS MAIS POBRES. NA VERDADE, já estávamos mais pobres, mas agora começamos a sentir essa pobreza na pele. E não é para um ano, é para uma década. Um Governo e um primeiro-ministro completamente irresponsáveis acrescentaram aos fatores de crise internacional (que não são de sua responsabilidade) uma gestão da crise incompetente e feita com dolo, pelas piores razões, cujo custo em termos de sacrifícios dos portugueses é agora muito maior do que seria se tivessem sido tomadas medidas no tempo próprio. E não há sequer a desculpa de que houve um qualquer erro de avaliação, por boas razões, mesmo que erradas, no que fez o Governo. Bem pelo contrário, há dolo, engano, mistificação, irresponsabilidade, falha de qualquer sentido de Estado e sentimento nacional. O primeiro-ministro fez o que fez, primeiro para ganhar as eleições de 2009 e depois para não ter que se pôr em causa na sua arrogância de melhor governante do

mundo, cujas desgraças lhe são alheias: foi a tenebrosa conspiração dos bancos americanos, depois a malfeitoria das agências de *rating* e por fim o «submarino que anda por aí». Arranjou sempre desculpas, como arranja agora, para não ter feito o que devia, porque na sua vaidade não queria aparecer aos portugueses como alguém que falhou. Essa vaidade custou demasiado caro a um país já no limite da sua capacidade de sofrer e vai custar aos portugueses sacrifícios sem fim. O que aconteceu ao primeiro-ministro islandês, que vai ser julgado pela maneira como procedeu na crise bancária que levou o país à falência, devia acontecer cá. E não me venham meter no mesmo saco toda a gente dizendo que todos são responsáveis pela situação atual, a terminar no próprio povo (na versão de Almeida Santos), que é a melhor maneira de desresponsabilizar José Sócrates e o PS. O que aconteceu desde 2008, data já caridosa e benevolente, só tem um responsável. Pode ter havido e houve muitos erros de governação, alguns dos quais de responsabilidade do PSD e do CDS (que governaram, convém não esquecer, apenas dois anos para mais de quinze do PS), mas nada se compara a esta governação subordinada à vaidade e à prepotência de um homem que não se enxerga na sua irresponsabilidade. É de facto criminoso. Sócrates no Parlamento atinge uma espécie de paroxismo da pior política. O país está na crise que está e ele mostra-se apenas disposto à politiquice. Recusa-se sempre a responder a qualquer pergunta – como aconteceu quando perguntado sobre o que é que correrá mal para depois do PEC II ter sido necessário um PEC III – e, quando o interlocutor está a confrontá-lo com algo que não lhe convém, gasta, logo que pode, todo o seu tempo com autopromoções elogiosas para poder ter o pretexto da falta de tempo. Quando vê uma oportunidade para fugir de uma questão disparando sobre os seus adversários, mesmo quando os temas e a *gravitas* da situação exigem outra atitude, agarra-se a qualquer trivialidade ou mesmo a coisas sérias, sem dignidade e sentido de Estado. É o «animal feroz» da irrelevância, no que é apoiado por uma comunicação social que gosta é destas coisas. Veja-se como se agarrou ao submarino para fugir de explicações sobre a execução orçamental, ao melhor estilo do Bloco de Esquerda. Para quem tenha um mínimo de sentido patriótico e sofra pela miséria em que

o país está, este comportamento incomoda. Ele não tem vergonha, temos nós por ele. Quando um dia se conhecer melhor o modo como a partir dos gabinetes ministeriais, e em particular o do primeiro-ministro, se conduzem operações de informação, contrainformação e desinformação, usando técnicas dos serviços secretos, alguém terá que pedir contas por tal abuso democrático. Do mesmo modo que veio a saber-se das operações para controlar a TVI, os seus protagonistas e os seus métodos, o país perceberá com que tipo de pessoas tem estado a lidar e o modo como se pratica todos os dias um abuso do poder, no limite da lei senão para além da lei. Um exemplo é o blogue anónimo Câmara Corporativa, o blogue profissionalizado feito dentro do Governo, com meios públicos, por assalariados com dinheiro dos impostos dos portugueses, e que é uma típica operação de informações, muito provavelmente ilegal, ao usar meios e recursos pagos pelos contribuintes. O PSD parece ter perdido a memória no momento em que mais precisava dela. Não se percebe esta amnésia, nem sequer parcial, mas total, com que a direção do PSD se esquece das posições do partido nos anos de 2008 e 2009, quando Manuela Ferreira Leite disse sozinha as verdades que eram necessárias, e isso é um património que nenhum outro partido político tem face à crise. Por isso custa ver a sistemática omissão do seu papel e das suas posições, que eram as do PSD, pelos atuais protagonistas do partido, quer na direção do PSD, quer no Parlamento, diante de um Sócrates e de um PS que a afrontaram quando tinha a razão toda. É um comportamento mesquinho, que enfraquece o PSD na sua razão contra Sócrates.

OUTUBRO

Um protetorado da União Europeia

VAMOS VER SE NOS ENTENDEMOS. A ÚLTIMA COISA de que posso ser acusado é a de ser complacente com o Governo de José Sócrates: muito antes do surto de radicalismo atual contra o Governo, critiquei com dureza aquele que me parecia, e parece, o homem que mais mal fez a Portugal em plena vigência da democracia. Como de costume, quem chega tarde, torna-se mais radical na direta medida em que antes foi complacente, ou pior, quem, por razões de luta interna partidária, foi cúmplice de José Sócrates. Acompanhei sempre as críticas diretas que Manuela Ferreira Leite e indiretas que Cavaco Silva faziam à condução suicidária da política económica e financeira desde o início da crise. Nessa altura, a oposição interna no PSD colava-se ao TGV e defendia uma política que era a de Sócrates com outro nome, em nome da «esperança», da crítica ao «negativismo» e da «falta de soluções alternativas». A palavra «dívida» era então tabu. Quando Cavaco Silva fez um primeiro aviso público de que aí se encontrava um problema grave a curto prazo para Portugal, não foi só Sócrates que fez orelhas moucas. Nem vale

a pena voltar atrás – tudo está abundantemente documentado para memória presente e futura.

Que este Governo e este primeiro-ministro são perigosos para o país (*ex aequo* na gravidade com o Governo Guterres em que Pina Moura deixou o país de tanga, abrindo caminho para uma crise que fez a cama para a atual), também poucas dúvidas tenho. Desejo por desejo, por mim, já Sócrates não governava Portugal há muito tempo, mas a democracia é assim, quem é escolhido pelo povo está lá no Governo por direito próprio e só sai de lá, em condições normais, pelo voto.

Que Sócrates não é sério na sua vida política também não é novidade nenhuma, e não é de agora, nem sequer dos tempos da Comissão de Inquérito ao caso TVI, que o afirmo. Também não fui eu quem fugiu de dizer que uma mentira era uma mentira e uma mentira grave porque feita à Assembleia da República. Nem fui eu que protegi Sócrates das múltiplas coisas que ele nunca esclareceu: curso de engenharia, projetos das casas, Freeport, etc., etc. Mas, na altura, estas críticas políticas eram entendidas – pelo PS e pelos seus ecos no PSD – como execráveis críticas de carácter, para depois se chegar, também tardiamente, à conclusão de que com o primeiro-ministro não se pode estar a sós.

Por isso, metam lá no bolso as insinuações de que aqueles que se preocupam com a possibilidade de haver um chumbo no Orçamento do Estado que provoque a queda do Governo – algo que um analista político de quinta categoria percebe de imediato ser a saída mais airosa para um Governo sitiado e acochado – podem estar a fazer um «frete» ao Governo, porque o problema é de natureza completamente diferente. É que o Orçamento, por muito mau que seja, como eram os anteriores, é pouco importante face aos riscos da crise política que o seu chumbo trará. E, mesmo sendo muito mau, contém medidas que não são nossa opção, mas exigências dos nossos credores. Se o PSD fosse Governo hoje, não teria remédio senão tomar muitas dessas medidas ou ainda piores. Se for Governo amanhã, fará o mesmo. Essas medidas vão criar uma recessão? Claro que vão, mas a sua recusa abre caminho a uma bancarrota e a uma eventual saída do euro. Estão dispostos à troca? Parece que há quem esteja.

No Orçamento anterior, e nos chamados PEC I e PEC II, as decisões tomadas pelo PSD foram justificadas pelo interesse nacional e não para apoiar o Governo. Aliás, no PEC II até se foi mais longe, e, em vez da abstenção, houve um voto a favor e uma responsabilização direta e pública. Não se sabia então com quem se lidava e quem era Sócrates? Ou o erro de avaliação dos problemas das finanças portuguesas e da situação da sua dívida não foi apenas do PS, mas também do PSD?

Na verdade, em que é que a situação do atual Orçamento é diferente da dos PEC que justificaram a abstenção e mesmo o excesso de zelo do voto a favor? A diferença que existe é que a situação de Portugal é hoje pior, muito pior. Se no Orçamento anterior e no PEC I já havia claras ameaças de que a margem de manobra nacional era escassa e no PEC II havia a ameaça iminente da crise grega, no PEC III já estamos perante um descalabro eminente gerado pelos juros da dívida, o fim dos apoios do BCE à banca nacional e a impaciência generalizada de mercados e credores.

A outra diferença entre o primeiro semestre e o segundo de 2010, também para pior, é que uma crise política atual não pode ser resolvida a curto prazo, pela impossibilidade de haver eleições. E não haverá novo Governo antes de, pelo menos, oito meses, e um novo Orçamento antes de quase um ano. Ou seja, no momento de maior crise face ao exterior do país, que precisa de ir pedir dinheiro emprestado semana a semana para, entre outras coisas, pagar o que já lhe emprestaram, nós ameaçamos implodir o país.

Não me sobram dúvidas sobre a responsabilidade abissal e imensa do PS e de José Sócrates nesta situação de verdadeiro desespero nacional, mas seria desastroso que o partido de alternativa, o PSD, ficasse com ele associado no descalabro do país. Os portugueses, na melhor das hipóteses para o PSD, juntá-lo-iam ao PS na responsabilidade pelos péssimos tempos que viriam. Um colocou a pólvora, o outro resolveu detoná-la.

O PSD não pode fazer política ao nível dos comentários dos blocos, para quem tudo é fácil, cristalino e, acima de tudo, possível. Aí tudo é fácil. O Orçamento do PS é mau, naturalmente chumba-se. O Governo demite-se, não há problema, vemo-nos livres de Sócrates. O PEC III não se pode aplicar, ainda bem, tem que se ir

à despesa. O país vai viver de duodécimos, magnífico, poupa-se. A lista das alternativas ao plano brutal e imperfeito do Governo é ainda pior do que ele, porque mostra uma abissal ignorância sobre o problema da despesa pública portuguesa. Listam-se cinquenta mil instituições, muitas das quais apenas têm em comum o primeiro nome, são colocadas em molho por se chamarem «institutos» ou outra coisa qualquer, e extinguem-se de imediato. Tudo se resolve numa penada, numa retórica de rutura a rondar a pura imbecilidade alimentada pelo prato habitual da ignorância.

Numa coisa existe continuidade entre o presente e o passado próximo: a ideia da emergência e da gravidade da situação atual de Portugal não entra em nenhuma destas cabeças, como não entra na de José Sócrates. Eles pensam que esta crise é um sobressalto, mais ou menos grave, dentro da habitualidade da vida portuguesa e que podem por isso fazer política como se existisse qualquer margem de manobra para exercícios de estilo. Rutura em que até Sá Carneiro, num último insulto, é invocado como exemplo.

Nenhum deles compreende que se Portugal entrar em bancarota, coisa que é bastante provável se estiver os meses cruciais do final de 2010 e muito de 2011 sem Governo e em campanha eleitoral, e portanto sem capacidade para cumprir o programa de controlo do défice a que nos obrigamos junto da UE, não é apenas o FMI que virá, mas sim um possível empurrão alemão para a saída de Portugal do euro. É que, neste momento, Portugal não vai contar nem sequer com o que a UE pôde fazer pela Grécia, visto que encontramos cada vez mais hostilidade, quer nos mercados, quer nos governos, em particular no alemão, que está mais disposto a reconfigurar a zona euro do que a acudir a países que considera incumpridores relapsos.

Neste contexto, há muita gente que anda a brincar com o fogo. E o fogo é a sequência: chumbo do Orçamento, queda do Governo, envenenamento das eleições presidenciais pela crise política, longos meses sem Governo em plena crise externa, e novas eleições, num futuro ainda distante, que não é líquido darem um resultado estável, ou seja, uma maioria absoluta, nem ao PS, nem ao PSD. Eu sei que a expressão «interesse nacional» serve para quase tudo e dá excelentes pretextos políticos, mas também sei que há poucos casos

em que a substância dessa expressão, o interesse nacional de facto, se aplica como no atual.

A alternativa, de que estamos já muito perto, é mandar uma delegação das «forças vivas» a Bruxelas a pedirem ao Conselho, à Comissão e ao Parlamento Europeu, que nos governem se fazem favor, que façam de Portugal, como o Kosovo, um protetorado europeu. Então digam que é isso que querem aos portugueses, para ver a resposta.

Os esquerdistas de hoje contra o «sistema»

A DOENÇA INFANTIL DO RADICALISMO, PARA USAR a velha classificação de Lenine, parece que está em pleno surto a propósito da magna questão da votação do Orçamento do Estado (OE). Presumo que os próprios infetados nem sequer se apercebem de que a maneira como veem a vida política portuguesa tem todas as características típicas do pensamento do esquerdismo e do radicalismo, quer de direita quer de esquerda. Aliás, para seu azar, mesmo quando são de direita, o radicalismo que exibem é mais de esquerda do que direita.

Há várias coisas que convém sublinhar à cabeça. Primeiro, não são muitos, são até muito poucos, mas tem um megafone cujo som se ouve mais do que devia pelo seu mérito. Esse megafone são os blogues e as caixas de comentários, que jornalistas e alguns políticos mais novos, tomam por «opinião pública». Não é, mas para quem desde a sua pré-adolescência vive de SMS, *tweets*, Facebook e blogues é difícil convencê-los de que há mundo lá fora. É certo que esse mundo é mais complicado, menos satisfatório do ego, mais hostil à nossa própria importância, demora mais tempo e implica mais conhecimento e estudo. Aqui não é preciso nada disso, um igualitarismo imbecil torna tudo igual e todos são grandes poetas e grandes analistas políticos, que só uma imensa conspiração do «sistema» impede o reconhecimento. Até nisso é muito um mundo adolescente e, pior ainda, um mundo adolescente serôdio, em que muita gente que já tem idade para ter juízo fica eternamente na casa dos pais, ou seja, na Internet. Como no esquerdismo, o verbo